



Demonstrações Financeiras

**Preparadas de Acordo com as
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco
Central do Brasil**

Banco RCI Brasil S.A.

31 de dezembro de 2022

Índice das Demonstrações Financeiras

	Página
Relatório da Administração	2
Relatório dos Auditores Independentes	4
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	9
Demonstrações dos Resultados	11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Demonstrações do Valor Adicionado	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	16
Relação dos Administradores	37
Declarações:	
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	39

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Evento Societário

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, deliberados em junho de 2022, no valor total de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), os quais foram pagos em julho de 2022.

Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, deliberados em dezembro de 2022, no valor total de R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), os quais foram pagos em fevereiro de 2023.

Juros sobre Capital Próprio, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, deliberados em dezembro de 2022, no valor total de R\$ 93.000 (noventa e três milhões de reais), os quais foram pagos em fevereiro de 2023.

Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.426 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando redução de 7% em relação a R\$1.525 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no segundo semestre foi de R\$155 milhões e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$211 milhões (segundo semestre de 2021 foi de R\$67 milhões e 31/12/2021 - R\$157 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$10.988 milhões (31/12/2021 – R\$10.734 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.557 milhões (31/12/2021 – R\$9.124 milhões).

Em 31 de dezembro de 2022, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.082 milhões (31/12/2021 – R\$3.409 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.645 milhões (31/12/2021 – R\$5.104 milhões).

Conjuntura Econômica

Ao final do quarto trimestre de 2022, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 3,0% em 2022 frente à expansão de 5,0% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do terceiro trimestre e, na avaliação do Banco RCI Brasil, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou em linha com a mediana das expectativas de mercado, a despeito da revisão altista nos resultados anteriores da série histórica, indicando maior robustez da economia brasileira em 2022. Parece-nos que a robustez está diretamente atrelada à manutenção dos estímulos fiscais e tributários

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

aprovados anteriormente e que foram implementados ao longo do segundo semestre do ano. Os dados de atividade econômica divulgados ficaram aquém da nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 4,2% - porém julgamos que a frustração esteve diretamente ligada à revisão mencionada na série histórica e não à alteração na dinâmica de crescimento recente. Juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, este quadro nos levou a alterar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 2,6% anterior, projetamos atualmente crescimento de 3,0% em 2022.

No último trimestre de 2022, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA recuar para 5,8% frente ao patamar de 7,2% observado ao final do terceiro trimestre. Apesar do recuo, o patamar atingido ainda ficou acima da meta de 3,5% determinada para 2022. O Banco RCI Brasil entende que este ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha justificado a manutenção da taxa básica em 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Banco RCI Brasil julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária, principalmente após a sinalização do governo eleito de que ampliará o montante de gastos públicos a partir do próximo ano, o que poderá tornar o processo de desinflação mais lento. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 12,00% a.a. ao final de 2023 e 9,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuar entre R\$5,02/US\$ e R\$5,53/US\$ no quarto trimestre e encerrar o período cotada a R\$5,22/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,41/US\$ verificada no encerramento do terceiro trimestre. A volatilidade demonstrada pela trajetória do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio terá espaço limitado para registrar valorização significativa nos próximos anos. Na verdade, projetamos que a taxa de câmbio atingirá R\$5,40/US\$ ao final de 2023 e R\$5,50/US\$ ao final de 2025.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro e; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, elevando o receio de desaceleração intensa na economia daquele país que provocasse recessão global de grande magnitude. No ambiente doméstico, o Banco RCI Brasil entende que os principais temas foram os seguintes: 1) encerramento da eleição presidencial sem danos ao arcabouço institucional brasileiro; 2) aprovação de emenda constitucional autorizando o governo eleito a ampliar o montante de despesas públicas não sujeitas à regra do teto de gastos públicos a partir de 2023 e; 3) deterioração nas expectativas dos agentes econômicos quanto ao início do processo de redução da taxa SELIC em 2023 (anteriormente, apontavam possibilidade de cortes no início do ano e, atualmente, indicam chance para o segundo semestre de 2023).

Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco RCI Brasil informa que no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes LTDA e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



– **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações (que compreendem as operações de crédito e de arrendamento mercantil), em nove níveis de risco, levando em consideração a avaliação de diversas premissas e fatores (internos e externos) para determinação do rating, incluindo inadimplência dos clientes e garantia das operações, cenário econômico, setor de atividade econômica e demais fatores definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda, envolvem premissas e julgamento baseados em suas metodologias internas de classificação de risco e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito registrada representa a melhor estimativa do Banco. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco relacionados aos processos de apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes processos: aprovação e registro das operações de crédito e de arrendamento mercantil, classificação e atualização dos ratings dos clientes e operações que são base para a apuração da provisão.
- analisamos o cálculo aritmético, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3.i e 8.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios



definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais .

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC PR-007945/F-7

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP-252418/O-3

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Balanco Patrimonial

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		5.043.206	5.062.046
Disponibilidades	4	28.426	5.050
Instrumentos Financeiros		5.026.475	5.030.977
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	127.084	27.000
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	189.339	106.027
Operações de Crédito	8.b	4.404.017	4.556.935
Outros Ativos Financeiros	6	306.035	341.015
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	46.879	95.383
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(104.770)	(114.291)
Outros Ativos	10	44.056	41.751
Ativos Fiscais Correntes	9.a	2.140	3.176
Ativo não Circulante		5.945.262	5.672.010
Instrumentos Financeiros		5.514.938	5.223.222
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	1.219.149	676.979
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	200.804	142.565
Operações de Crédito	8.b	4.094.985	4.403.678
Operações de Arrendamento Mercantil	8.c	10.754	67.566
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(174.550)	(185.588)
Outros Ativos	10	238.498	226.665
Ativos Fiscais Diferidos	9.b	349.972	333.210
Imobilizado de Uso	11	2.386	2.815
Imobilizado de Uso		5.543	5.575
Depreciações Acumuladas		(3.157)	(2.760)
Intangível	12	3.264	4.120
Ativos Intangíveis		9.898	9.889
Amortizações Acumuladas		(6.634)	(5.769)
Total do Ativo		10.988.468	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		3.817.483	3.709.904
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		3.220.514	3.353.081
Depósitos	13.a	1.583.999	1.640.417
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.620.801	1.636.541
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	10.629	70.145
Outros Passivos Financeiros		5.085	5.978
Outros Passivos	14	487.767	238.101
Obrigações Fiscais	9.c	109.202	118.722
Passivo não Circulante		5.744.632	5.499.602
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		5.508.804	5.159.115
Depósitos	13.a	1.498.746	1.768.157
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	4.003.769	3.376.442
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	6.289	14.516
Outros Passivos	14	149.572	197.002
Obrigações Fiscais	9.c	86.256	143.485
Patrimônio Líquido	16	1.426.353	1.524.550
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		384.674	416.564
Ajustes de Avaliação Patrimonial		56.454	122.761
Total do Patrimônio Líquido		1.426.353	1.524.550
Total do Passivo		10.988.468	10.734.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira	1.047.593	1.973.065	788.177	1.450.186
Operações de Crédito	659.667	1.262.827	561.891	1.105.835
Operações de Arrendamento Mercantil	104.915	230.780	178.510	357.342
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	112.200	201.475	35.478	51.708
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	151.192	241.114	4.059	(75.585)
Resultado das Aplicações Compulsórias	19.619	36.869	8.239	10.886
Despesas da Intermediação Financeira	(725.292)	(1.427.829)	(574.033)	(973.077)
Operações de Captação no Mercado	(570.823)	(1.038.551)	(292.933)	(460.236)
Operações de Arrendamento Mercantil	(101.260)	(221.669)	(171.142)	(347.304)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(53.209)	(167.609)	(109.958)	(165.537)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	322.301	545.236	214.144	477.109
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(123.513)	(238.637)	(135.772)	(254.166)
Receitas de Prestação de Serviços	6.216	12.631	5.157	10.826
Rendas de Tarifas Bancárias	31.208	54.252	24.391	55.205
Despesas de Pessoal	(23.636)	(45.279)	(21.019)	(43.765)
Outras Despesas Administrativas	(94.360)	(186.984)	(74.092)	(174.377)
Despesas Tributárias	(20.458)	(37.661)	(14.821)	(30.335)
Outras Receitas Operacionais	62.615	128.406	45.727	85.779
Outras Despesas Operacionais	(85.098)	(164.002)	(101.115)	(157.499)
Resultado Operacional	198.788	306.599	78.372	222.943
Resultado não Operacional	623	1.563	1.668	13.246
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	199.411	308.162	80.040	236.189
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.641)	(93.363)	(10.924)	(75.151)
Provisão para Imposto de Renda	(28.229)	(85.378)	(47.110)	(93.760)
Provisão para Contribuição Social	(11.530)	(43.052)	(22.007)	(50.572)
Ativo Fiscal Diferido	(2.882)	35.067	58.193	69.181
Participação dos Empregados no Lucro	(1.957)	(3.688)	(1.861)	(3.576)
Lucro Líquido	154.813	211.111	67.255	157.462

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Lucro Líquido	154.813	211.111	67.255	157.462
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas	(67.897)	(66.307)	67.594	161.636
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	19	(30)	13	16
Ajuste ao Valor de Mercado	63	(30)	25	31
Imposto de Renda	(44)	-	(12)	(15)
Hedges de fluxo de caixa	(67.916)	(66.277)	67.581	161.620
Ajuste ao Valor de Mercado	(180.748)	(177.618)	127.358	308.185
Imposto de Renda	112.832	111.341	(59.777)	(146.565)
Resultado Abrangente	86.916	144.804	134.849	319.098

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	985.225	71.077	388.025	(38.875)	-	1.405.452
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	161.636	-	161.636
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	(72.300)	-	-	(72.300)
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	157.462	157.462
Destinações:						-
Reserva Legal	-	7.873	-	-	(7.873)	-
Dividendos	-	-	(59.000)	-	-	(59.000)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(68.700)	-	-	(68.700)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	149.589	-	(149.589)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	985.225	78.950	337.614	122.761	-	1.524.550
Saldos em 31 de dezembro de 2021	985.225	78.950	337.614	122.761	-	1.524.550
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(66.307)	-	(66.307)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	211.111	211.111
Destinações:						-
Reserva Legal	-	10.556	-	-	(10.556)	-
Dividendos	-	-	(120.001)	-	(30.000)	(150.001)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(93.000)	(93.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	77.555	-	(77.555)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	985.225	89.506	295.168	56.454	-	1.426.353
Saldos em 30 de junho de 2022	985.225	81.765	361.097	124.352	-	1.552.439
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(67.898)	-	(67.898)
Dividendos com base na Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo)	-	-	-	-	154.813	154.813
Destinações:						-
Reserva Legal	-	7.741	-	-	(7.741)	-
Dividendos	-	-	(120.001)	-	-	(120.001)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(93.000)	(93.000)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	54.072	-	(54.072)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	985.225	89.506	295.168	56.454	-	1.426.353

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	Nota	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		154.813	211.111	67.255	157.462
Ajustes ao Lucro Líquido		54.392	137.441	59.627	113.525
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	53.209	167.609	109.958	165.537
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	9.d	2.882	(35.067)	(58.193)	(69.181)
Depreciações e Amortizações		575	1.283	835	1.298
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	9.564	21.564	11.088	21.564
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(7.289)	(11.203)	(3.051)	(4.256)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(4.549)	(6.745)	(1.010)	(1.437)
Variações em Ativos e Passivos		(746.836)	(910.357)	(430.292)	(1.194.818)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros					
Derivativos		(264.481)	(817.771)	(64.887)	(199.864)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		71.161	378.759	(128.163)	86.500
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		20.851	34.980	(117.333)	(139.873)
Redução (aumento) em Outros Créditos		(28.946)	23.151	75.862	164.315
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		-	-	-	-
Redução em Depósitos		(514.214)	(325.829)	(96.030)	(1.092.387)
Redução Aumento em Outras Obrigações		6.207	(59.350)	(69.504)	118.606
Impostos Pagos		(37.414)	(144.297)	(30.237)	(132.115)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(537.631)	(561.805)	(303.410)	(923.831)
Atividades de Investimento					
Ativo tangível		136	157	248	236
Ativo intangível		(155)	(155)	(4.043)	(4.055)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(19)	2	(3.795)	(3.819)
Atividades de Financiamento					
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		976.884	2.302.317	701.011	1.847.844
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(735.420)	(1.587.054)	(333.282)	(1.307.844)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(30.000)	(189.695)	(236.445)
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		241.464	685.263	178.034	303.555
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(296.186)	123.460	(129.171)	(624.095)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	451.696	32.050	161.221	656.145
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	155.510	155.510	32.050	32.050

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		1.047.593	1.973.065	863.763	1.525.771
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		37.425	66.884	29.548	66.032
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(53.209)	(167.609)	(109.958)	(165.537)
Outras Receitas (Despesas)		(21.862)	(34.035)	(53.739)	(58.475)
Despesas da Intermediação Financeira		(672.083)	(1.260.220)	(539.660)	(883.125)
Insumos de Terceiros		(92.989)	(184.546)	(73.203)	(172.493)
Serviços de Terceiros		(29.052)	(56.520)	(9.480)	(48.135)
Outros		(63.937)	(128.026)	(63.723)	(124.358)
Valor Adicionado Bruto		244.875	393.539	116.751	312.173
Retenções:					
Depreciações e Amortizações		(568)	(1.211)	(352)	(698)
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		244.307	392.328	116.399	311.475
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		22.504	42.743	19.832	40.547
Remuneração		16.852	31.482	14.660	29.562
Benefícios		3.351	7.020	3.086	6.620
FGTS		1.103	2.277	1.414	2.706
Outras		1.198	1.964	672	1.659
Impostos, Taxas e Contribuições		66.597	137.657	28.795	112.280
Federais		64.417	133.528	26.610	107.354
Municipais		2.180	4.129	2.185	4.926
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		393	817	517	1.186
Remuneração de Capitais Próprios		154.813	211.111	67.255	157.462
Total		244.307	392.328	116.399	311.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 1º andar - Conjunto 101 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os seguintes normativos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022:

- Resolução CMN nº 4.817/2020, que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco RCI Brasil já adota o procedimento estabelecido.
- Resolução CMN nº 4.924/2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. Dentre as principais alterações está a adoção de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): (i) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; (ii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; (iv) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e (v) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O Banco RCI Brasil já adota estes pronunciamentos técnicos.
- Resolução CMN nº 4.967/2021, que determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco RCI Brasil já adota os procedimentos estabelecidos.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco RCI Brasil.

O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco RCI Brasil está segregado em três pilares:

- Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
- Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
- Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento de contratos, aluguéis, e afins, a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O Banco RCI Brasil está avaliando impactos desta normativa.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração autorizou a emissão de um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na reunião realizada em 27 de fevereiro de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação;

II - Títulos disponíveis para venda; e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "Hedge" de risco de mercado; e

II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855/2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

I.1) Reestruturação de Crédito

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A Resolução CMN nº 4.803/2020, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/2020 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da origemação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

l) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

m) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

o) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

p) Juros sobre o Capital Próprio

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

q) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

t) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

u) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do segundo semestre foi de R\$155 milhões e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$211 milhões (segundo semestre de 2021 foi de R\$67 milhões e 31/12/2021 - R\$157 milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidade	28.426	5.050	38.033
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	127.084	27.000	618.112
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	127.084	27.000	618.112
Total	155.510	32.050	656.145

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

			31/12/2022	31/12/2021
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	1.408.518	(30)	1.408.488	783.006
Títulos Públicos	189.369	(30)	189.339	106.027
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	189.369	(30)	189.339	106.027
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	1.219.149	-	1.219.149	676.979
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	1.219.149	-	1.219.149	676.979
Total de Títulos e Valores Mobiliários	1.408.518	(30)	1.408.488	783.006
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo	1.408.518	(30)	1.408.488	783.006

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

O Banco RCI Brasil S.A. investe em cotas do Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos), que tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios detidos exclusivamente pelas montadoras Renault do Brasil S.A. e Nissan do Brasil Automóveis Ltda., relativos a vendas de Veículos Novos pelas suas respectivas redes de concessionárias. As cotas do FIDC Venda de Veículos têm classificação única, não havendo classe de subordinação entre elas.

II) Abertura por Vencimento

	Até 3 meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda	189.339	1.219.149	1.408.488	783.006
Títulos Públicos	189.339	-	189.339	106.027
LFT	189.339	-	189.339	106.027
Títulos Privados	-	1.219.149	1.219.149	676.979
FIDC Venda de Veículos ⁽¹⁾	-	1.219.149	1.219.149	676.979
Total	189.339	1.219.149	1.408.488	783.006

(1) Referem-se a Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	200.804	57.905
Total	200.804	57.905
Passivo		
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Pagar	(16.918)	-
Total	(16.918)	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram reconhecidas receitas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$241.114 e despesas com instrumentos financeiros derivativos em (31/12/2021 - R\$75.585)."

II) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre maio de 2019 a dezembro de 2022 e os vencimentos são entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
"Swap" - Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"						
Ativo	4.759.805	5.308.360	5.412.239	3.864.350	4.129.999	4.233.960
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	4.759.805	5.308.360	5.412.239	3.864.350	4.129.999	4.233.960
Passivo	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)
Taxa de Juros Pré -						
Reais	(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)
"Hedge" de Fluxo de Caixa	-	76.208	183.886	-	(135.888)	57.905
						31/12/2022
						Objetos de Hedge
						Instrumentos de Hedge
Estratégias			Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
Contratos de Swap						
Hedge de Captações		(4.759.805)	(5.232.152)	(5.228.353)	(5.403.474)	

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estratégias	Instrumentos de Hedge			31/12/2021
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Objetos de Hedge
				Valor Contábil
Contratos de Swap				
Hedge de Captações	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)	(4.799.882)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$107.679 (31/12/2021 - R\$234.087) brutos e R\$51.209 (31/12/2021 - R\$122.762) líquido dos efeitos tributários.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

	Valor Referencial				
	31/12/2022				31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"					-
Operações de Hedge	697.650	1.404.795	2.657.450	4.759.805	3.864.350
Total	697.650	1.404.795	2.657.450	4.759.805	3.864.350

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$306.035 (31/12/2021 R\$341.015) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as *Yields* de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas *Yields* o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 31 de dezembro de 2022, não apresentava saldo na carteira de negociação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(226)	(6.333)	(11.273)
Total (1)		(226)	(6.333)	(11.273)

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	939.113	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.559.889	7.764.610
Operação de Arrendamento	57.633	162.949
Total	8.556.635	9.123.562

Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	82.182	71.174
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.747.699	1.939.294
De 3 a 12 Meses	2.621.014	2.713.024
De 1 a 5 Anos	4.100.458	4.394.996
Acima de 5 Anos	5.282	5.074
Total	8.556.635	9.123.562

b) Carteira de Créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	939.113	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.559.889	7.764.610
Total	8.499.002	8.960.613

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	80.095	68.047
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.732.779	1.910.283
De 3 a 12 Meses	2.591.143	2.646.652
De 1 a 5 Anos	4.089.704	4.330.557
Acima de 5 Anos	5.281	5.074
Total	8.499.002	8.960.613

c) Carteira de Arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	63.222	188.332
Arrendamentos a Receber	20.029	59.019
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	43.193	129.313
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(18.634)	(55.959)
Valores Residuais a Balancear	(43.194)	(129.313)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Depreciações Acumuladas	(255.652)	(390.685)
Superveniências de Depreciações	247.448	397.646
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	778	1.307
Outros Valores e Bens	177	258
Imobilizado de Arrendamento	307.941	564.801
Credores por Antecipação de Valor Residual	(244.455)	(413.438)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	57.635	162.949

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas	2.087	3.127
A Vencer:		
Até 3 Meses	14.920	29.011
De 3 a 12 Meses	29.872	66.372
De 1 a 5 Anos	10.754	64.439
Total	57.633	162.949

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	31/12/2022	31/12/2021
Indústria	81.896	62.855
Comércio	1.252.590	1.411.468
Instituições Financeiras	608	671
Serviços e Outros	503.537	438.937
Pessoas Físicas	6.715.209	7.207.642
Agricultura	2.795	1.987
Total	8.556.635	9.123.560

e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

							31/12/2022
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	460.411	-	460.411	-	-	-
A	0,5%	6.322.163	-	6.322.163	31.611	-	31.611
B	1%	882.558	160.517	1.043.075	10.431	-	10.431
C	3%	194.982	133.659	328.641	9.859	-	9.859
D	10%	41.138	71.362	112.500	11.250	-	11.250
E	30%	19.050	43.477	62.527	18.758	-	18.758
F	50%	4.801	37.444	42.245	21.123	-	21.123
G	70%	3.658	25.627	29.285	20.500	-	20.500
H	100%	15.531	140.257	155.788	155.788	-	155.788
Total		7.944.292	612.343	8.556.635	279.320	-	279.320

							31/12/2021
% Provisão		Carteira de Créditos				Provisão	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	475.665	-	475.665	-	-	-
A	0,5%	5.823.139	-	5.823.139	29.115	-	29.115
B	1%	1.842.079	178.298	2.020.377	20.204	-	20.204
C	3%	256.750	141.614	398.364	11.951	-	11.951
D	10%	61.365	74.265	135.630	13.563	-	13.563
E	30%	16.694	33.363	50.057	15.017	662	15.679
F	50%	5.560	30.850	36.410	18.205	7.264	25.469
G	70%	9.723	30.591	40.314	28.220	12.074	40.294
H	100%	14.726	128.880	143.606	143.604	-	143.604
Total		8.505.701	617.861	9.123.562	279.879	20.000	299.879

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Saldo Inicial	314.774	299.879	264.776	269.446
Constituição (Reversão)	53.209	167.609	109.958	165.537
Baixas	(88.663)	(188.168)	(74.855)	(135.104)
Saldo Final	279.320	279.320	299.879	299.879
Créditos Recuperados (1)	15.569	32.006	14.180	23.798

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as renegociações atingiram o montante de R\$270.366 (31/12/2021 R\$427.176).

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar no montante de R\$2.140 milhões e (31/12/2021 R\$3.176 milhões).

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	546.990	522.908	235.309	93.014	(82.177)	246.146
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	6.821	6.641	2.988	3.766	(3.685)	3.069
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	126.500	110.450	49.211	7.433	(211)	56.433
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	10.394	13.047	5.871	1.347	(2.541)	4.677
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	7.926	4.005	1.803	9.497	(7.733)	3.567
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	8.313	4.201	195	1.029	(838)	387
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.780	5.671	2.552	1.659	(1.660)	3.051
Outras Provisões Temporárias	72.539	78.402	35.281	10.425	(13.063)	32.643
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	786.263	745.325	333.210	128.170	(111.408)	349.972
Total dos Ativos Fiscais Diferidos	786.263	745.325	333.210	128.170	(111.408)	349.972

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	
2023	61.823	48.967	129	110.919
2024	55.974	44.779	129	100.882
2025	48.627	38.902	129	87.658
2026	21.625	17.300	-	38.925
2027	353	282	-	635
2028 a 2032	6.086	4.867	-	10.953

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Total	194.488	155.097	387	349.972
--------------	----------------	----------------	------------	----------------

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$300.888 (31/12/2021 - R\$315.716), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Pagar	21.257	7.307
Passivos Fiscais Diferidos	117.010	193.574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	57.191	61.326
Total	195.458	262.207

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em		Saldos em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Constituição	Realização	31/12/2022
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	110.569	188.788	84.955	20.196	(55.395)	49.756
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	115.961	197.995	9.208	2.187	(6.003)	5.392
Superveniência de Arrendamento Mercantil	247.448	397.646	99.411	-	(37.549)	61.862
Total	473.978	784.429	193.574	23.383	(98.947)	117.010

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			31/12/2022
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total
2023	21.586	7.371	1.797	30.754
2024	21.586	7.371	1.797	30.754
2025	21.586	7.371	1.797	30.754
2026	12.374	-	-	12.374
2027	12.374	-	-	12.374
Total	89.506	22.113	5.391	117.010

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	199.411	308.162	80.040	236.188
Participações no Lucro	(1.957)	(3.688)	(1.861)	(3.576)
Resultado antes dos Impostos	197.454	304.474	78.179	232.612
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(91.899)	(140.058)	(46.811)	(116.306)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	35.204	43.151	34.467	35.071
Demais Ajustes CSLL 5%	1.276	1.276	2.950	7.723
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	-	-	(3.953)	(3.953)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	2.636	2.268	2.423	2.314
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.641)	(93.363)	(10.924)	(75.151)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	31/12/2022	31/12/2021
10. Outros Ativos		
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	190.119	183.806
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	628	3.579
Para Interposição de Recursos Cíveis	23.610	22.756
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	21.770	17.718
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	43.301	39.865
Outros	3.126	692
Total	282.554	268.416

11. Imobilizado de Uso

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.659	(1.363)	1.296	1.392
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(116)	30	28
Sistemas de Processamento de Dados	827	(794)	33	19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.911	(884)	1.027	1.172
Imobilizações em Curso	-	-	-	204
Total	5.543	(3.157)	2.386	2.815

12. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.898 (31/12/2021- R\$9.889) como custo de aquisição e R\$6.634 (31/12/2021 - R\$5.769) de amortização acumulada.

13. Captação de Recursos**a) Depósitos**

	31/12/2022				31/12/2021	
Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	345.529	988.291	1.403.454	2.737.274	3.072.122
Depósitos a Prazo ⁽²⁾	-	137.610	95.943	99.241	332.794	325.152
Outros Depósitos ⁽³⁾	12.677	-	-	-	12.677	11.300
Total	12.677	483.139	1.084.234	1.502.695	3.082.745	3.408.574

(1) Inclui o valor de R\$1.468.016 (31/12/2021 - R\$1.253.259) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 19 de outubro de 2018 até 31 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2026.

(2) Incluiu o valor de R\$164.731 Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 23 de junho de 2020 até 31 de dezembro de 2022 e prazo de vencimento entre 2022 e 2025 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2022			31/12/2021	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾⁽³⁾	80.599	151.684	977.399	1.209.681	1.361.443
Letras Financeiras ⁽²⁾⁽⁴⁾	648.047	741.694	3.025.147	4.414.888	3.651.540
Total	728.646	893.378	4.002.546	5.624.569	5.012.983

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 13 de janeiro de 2020 e 29 de dezembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 25 de fevereiro 2019 a 08 de novembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2023 e 2025 sem possibilidade de antecipação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (3) Em 31 de dezembro de 2022, inclui o valor de R\$1.209.681 (31/12/2021 - R\$1.361.443) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.
- (4) Em 31 de dezembro de 2022, inclui o valor de R\$4.414.888 (31/12/2021 - R\$3.651.540) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

14. Outros Passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias⁽¹⁾	201.322	2.165
Diversas	436.017	432.938
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	181.791	172.677
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	163.212	160.206
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	5.722	6.390
Provisões com Despesas de Comissões	15.705	18.746
Provisões com Despesas Profit Share	8.487	7.943
Provisões com Campanhas de Publicidade	9.784	9.649
Outras	51.316	57.327
Total	637.339	435.103

(1) Saldo referente a deliberação de dividendos e JCP, corresponde a dezembro de 2022, conforme (nota 16.b).

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	164.576	153.037
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)	17.215	19.640
Ações Trabalhistas	10.394	12.999
Ações Cíveis	6.821	6.641
Total	181.791	172.677

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2022			01/01 a 31/12/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	153.037	12.999	6.641	144.705	14.456	7.782
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias ⁽¹⁾	16.909	140	11.211	10.562	(635)	11.637
Pagamentos	(5.370)	(2.745)	(11.031)	(2.230)	(822)	(12.778)
Saldo Final	164.576	10.394	6.821	153.037	12.999	6.641
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	190.119	628	23.610	183.806	3.688	22.756

(2) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS e COFINS - R\$15.338 (31/12/2021 - R\$14.529): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$124.835 (31/12/2021 - R\$117.018): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento. Ação judicial com trânsito em julgado, com sentença desfavorável ao Banco RCI, aguardando o levantamento de valores pela União para conversão em renda.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$69.458 para ações cíveis, R\$2.612 para ações trabalhistas e R\$243.529 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2021 - R\$56.070, R\$2.727 e R\$222.288, respectivamente).

PIS/COFINS – Auto de Infração - R\$126.968 (31/12/2021 - R\$112.678): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
Total	202.512	201.941	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	31/12/2022		
	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos ⁽¹⁾	30.000	-	30.000
Dividendos ⁽²⁾	120.001	-	120.001

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	93.000	(13.950)	79.050
Total	243.001	(13.950)	229.051

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária em 06 de junho de 2022 e pagamento efetuado julho de 2022.

(2) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de dezembro de 2022 e pagamento efetuado fevereiro de 2023.

31/12/2021

	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	68.700	(10.305)	58.395
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	55.000	(8.250)	46.750
Dividendos (1)	59.000	-	59.000
Dividendos (3)	72.300	-	72.300
Total	255.000	(18.555)	236.445

(1) Deliberado na reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro de 2021 e pagamento foi realizado em 16 de dezembro de 2021.

(2) Deliberado na reunião de diretoria de 30 de dezembro de 2020 e pagamento foi realizado em 06 de janeiro de 2021.

(3) Dividendos intermediários, à conta da Reserva para Capital de Giro da Companhia.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do semestre e exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano foi fixado o valor máximo de R\$5.249 (2021 - R\$4.853). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva		
Remuneração Fixa	1.951	1.236
Remuneração Variável	147	96
Outras	577	716
Total	2.675	2.048

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$888 (31/12/2021 - R\$632).

b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)			
	31/12/2022	31/12/2021	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Disponibilidades	28.426	4.934	-	-	-	-
Banco Santander(3)	28.426	4.934	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	127.084	27.000	14.240	17.467	2.965	6.281
Banco Santander(3)	127.084	27.000	14.240	17.467	2.965	6.281
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	1.223.043	676.979	105.416	112.563	14.426	27.250
FIDC Venda de Veículos(9)	1.223.043	676.979	105.416	112.563	14.424	27.248
FIDC RCI Brasil(9)	-	-	-	-	2	2
Operações de Crédito	6.367	8.630	57.350	73.247	27.602	44.390
Renault do Brasil S.A.(4)	1.796	2.820	17.215	23.508	6.818	14.905
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	1.001	683	8.335	9.983	3.557	4.981
Nissan do Brasil S.A.(4)	3.570	5.127	31.800	39.756	17.227	24.504
Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)	21.716	17.718	59.420	135.658	44.764	143.107
Renault do Brasil S.A.(4)	13.301	15.946	31.074	94.620	46.054	124.112
Nissan do Brasil S.A.(4)	8.415	1.660	28.416	40.622	(1.428)	18.156
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	289	416	116	217
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	-	112	(359)	-	22	622
Depósitos Interfinanceiros	(2.641.982)	(2.761.443)	-	(199.428)	(289.920)	(103.084)
Banco Santander(3)	(2.641.982)	(2.761.443)	(199.428)	(289.920)	(103.084)	(206.608)
Recursos de Aceites Cambiais	110.897	(468.187)	-	34.602	30.127	(14.094)
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	71.007	(206.485)	19.923	18.845	(5.090)	(6.536)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	21.340	(142.377)	11.517	9.294	(4.526)	(7.220)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	18.550	(15.647)	2.175	1.988	(490)	(623)
FIDC Venda de Veículos (9)	-	(103.678)	987	-	(3.988)	(5.017)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	7.068	(10.615)	(18.903)	(47.685)	(25.865)	(64.776)
Banco Santander(3)	-	-	5.919	-	(7.149)	(12.168)
RCI Banque(1)(3)	-	(1.535)	(4.501)	(10.582)	(7.225)	(8.190)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(1.419)	(1.060)	1.230	(5.219)	(5.153)	(12.701)
Nissan do Brasil S.A.(4)	8.487	(8.020)	(15.632)	(31.884)	(13.487)	(31.717)
Outras Obrigações – Diversas	44	(45)	(669)	(2.159)	(947)	(2.606)
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.463)	(2.674)	(777)	(2.048)
Santander Brasil Tecnologia S.A	-	-	20	(6)	118	(41)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Renault do Brasil S.A.(4)	15	(27)	447	305	(182)	(293)
Nissan do Brasil S.A.(4)	29	(18)	327	216	(106)	(224)

- (1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.
- (2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.
- (3) Controladores da Companhia (Nota 16.b).
- (4) Coligadas da controladora RCI Banque.
- (5) Subsidiária do controlador Banco Santander.
- (6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.
- (7) Subsidiária do controlador Banco Santander.
- (8) Controladas da controladora RCI Banque.
- (9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas.
- (10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos

18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	28.035	48.445	22.010	49.982
Outras	3.173	5.807	2.380	5.222
Total	31.208	54.252	24.390	55.204

19. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Serviços do Sistema Financeiro	8.929	17.447	9.364	19.461
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	29.052	56.520	6.374	40.745
Propaganda e Publicidade	39.273	66.434	26.150	49.298
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	8.396	16.618	6.252	12.701
Convênio Operacional RCI Banque	1.060	3.100	2.109	8.190
Serviços de Processamento de Dados	11	13.864	18.876	33.285
Transportes e Viagens	1.327	2.114	337	530
Outras	6.312	10.887	4.630	10.167
Total	94.360	186.984	74.092	174.377

20. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Reversão de Provisões Operacionais – Trabalhistas	15.140	23.653	18.830	18.830
Atualização de Depósitos Judiciais	7.289	11.203	3.051	4.256
Atualização de Impostos a Compensar	4.549	6.745	1.010	1.437
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	7.828	14.904	9.584	10.155
Recuperação de Encargos e Despesas(1)	29.254	55.926	25.731	50.369
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	153	15.337	(3.056)	-
Outras	(1.598)	638	373	732
Total	62.615	128.406	55.523	85.779

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

21. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	29.374	60.366	40.087	65.159
Provisões Operacionais				
Cíveis (Nota 15.c)	10.782	19.943	15.235	20.902
Fiscais (Nota 15.c)	2.655	4.683	1.685	6.862
Trabalhista (Nota 15.c)	1.732	5.788	1.035	2.597
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	31.133	53.140	46.503	52.878
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	1.581	2.875	946	2.034
Atualização Monetária Contingência Fiscal	6.702	14.283	2.762	3.943

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Outras	1.139	2.924	2.657	3.123
Total	85.098	164.002	110.910	157.498

22. Resultado Não Operacional

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021
Resultado com Bens não de Uso Próprio	798	1.744	2.224	13.972
Perdas de Capital	(175)	(181)	(556)	(725)
Total	623	1.563	1.668	13.247

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

Suplente do Presidente do Conselho

João Miguel dos Santos Leandro

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell
Andre de Carvalho Novaes
Cezar Augusto Janikian
Jean-Philippe Jacques Maurice Valle
José Luis Medina Del Rio

Conselheiros Suplentes

Denis Ferro Junior
Roberto Alexandre Borges Fischetti
Ricardo Olivare de Magalhães
Rosano Ouriques
Murilo Azevedo Bruno

DIRETORIA

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Diretor Geral

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC Nº 1SP 316054/O-4

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sobre as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

Diretor Presidente

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

Diretor Geral

José Luis Medina Del Río

Diretor Administrativo Financeiro

Rosano Ouriques

Diretor de Risco

Murilo Azevedo Bruno

Diretor de Relações Institucionais

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.